

No. 34039

**BRAZIL
and
INDIA**

Complementary Adjustment to the Trade Agreement on sanitary and phytosanitary measures. Signed at Brasília on 2 July 1997

Authentic texts: Portuguese, Hindi and English.

Registered by Brazil on 11 September 1997.

**BRÉSIL
et
INDE**

Accord complémentaire de l'Accord commercial relatif aux mesures sanitaires et phytosanitaires. Signé à Brasília le 2 juillet 1997

Textes authentiques : portugais, hindi et anglais.

Enregistré par le Brésil le 11 septembre 1997.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

**AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COMÉRCIO ENTRE
O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÍNDIA SOBRE MEDIDAS SANI-
TÁRIAS E FITOSSANITÁRIAS**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Índia
(doravante denominados “Partes Contratantes”),

CONSIDERANDO:

Que é de interesse mútuo incrementar o intercâmbio comercial de bens agrícolas e pecuários, bem como a cooperação técnica em matéria fitossanitária e zoossanitária, entre os dois países;

Que os aspectos científicos, tecnológicos e normativos nas áreas de saúde animal e sanidade vegetal se revestem de especial interesse para facilitar o comércio internacional de animais, vegetais e seus produtos, bem como para preservar os territórios de ambas as Partes Contratantes de pragas e doenças;

Que o reconhecimento, a harmonização e a agilização dos requisitos técnicos e administrativos e procedimentos exigidos nas importações de bens agrícolas e pecuários facilitarão o comércio desses bens e de seus produtos;

Que os seus órgãos sanitários oficiais cumprirão estritamente as suas respectivas legislações e exigências zoofitossanitárias;

Que ambos os países são partes da Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais, de 1951, membros do Escritório Internacional de Epizootias e partes do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio;

Que a dinâmica do comércio de produtos agropecuários torna necessário atualizar os acordos existentes;

Que ambos os países assinaram o Acordo de Comércio, em Nova Délhi, em 3 de fevereiro de 1968,

Ajustam o seguinte:

CAPÍTULO I Dos Objetivos

ARTIGO 1º

O Ministério da Agricultura e do Abastecimento do Brasil e o Ministério da Agricultura da Índia, através de seus órgãos técnicos específicos, comprometem-se a:

- a) detectar e priorizar a cooperação técnica em matérias de interesse comum, com o objetivo de lograr um melhor controle das pragas ou doenças zoofitossanitárias existentes e facilitar o comércio de bens agropecuários entre os dois países;
- b) elaborar planos para prevenir a introdução e a propagação, nos territórios das Partes Contratantes, de pragas ou doenças zoofitossanitárias sujeitas a regulamentos quarentenários, bem como harmonizar, conforme o caso, os seus limites de tolerância;
- c) adotar as medidas técnicas e administrativas para assegurar o cumprimento dos requisitos e das condições zoofitossanitários estabelecidos nas respectivas legislações nacionais, visando a facilitar a exportação e a importação de bens agropecuários entre ambos os países;
- d) estabelecer regras mútuas relativas a aspectos de higiene e tecnologia no que tange aos controles oficiais de produtos de origem animal e vegetal.

CAPÍTULO II Das Ações

ARTIGO 2º

A cooperação a que se refere o presente Ajuste Complementar será levada a cabo através das seguintes medidas:

- a) intercâmbio de informação técnica e legal sobre a situação zoofitossanitária das Partes Contratantes, incluindo métodos de controle de pragas e doenças, técnicas de diagnóstico, manejo e elaboração de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal;
- b) intercâmbio de pessoal especializado para supervisionar, na origem, os procedimentos de produção vegetal e animal, a fim de que se verifiquem as condições zoofitossanitárias;
- c) definir programas e tratamentos zoofitossanitários específicos que agilizem os procedimentos de comércio de bens e produtos agropecuários.

ARTIGO 3º

Com a finalidade de cumprir a cooperação técnica a que se refere o Artigo 1º, as Partes Contratantes comprometem-se a:

- a) prestar cooperação recíproca em medidas de caráter técnico relativas ao reconhecimento, diagnóstico e medidas de prevenção com vistas aos riscos sanitários que ocorram no território de ambos os países;
- b) sem reduzir o nível de proteção da saúde animal e sanidade vegetal, aproximar, no maior grau possível, a equivalência de suas medidas zoofitossanitárias.

CAPÍTULO III Dos Direitos e das Obrigações das Partes Contratantes

ARTIGO 4º

As Partes Contratantes terão os seguintes direitos e obrigações:

- a) concordam em seguir os procedimentos previstos no Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias no que se refere a saúde animal e sanidade vegetal;
- b) poderão adotar, manter ou aplicar, segundo o disposto neste Capítulo, qualquer medida zoofitossanitária ou de verificação de resíduos para a proteção da saúde pública, da saúde animal e da sanidade vegetal. As Partes Contratantes terão, todavia, o direito de fixar seus níveis de

- proteção, desde que o façam com base nos princípios científicos e na análise de risco;
- c) verificar se os vegetais, animais e seus produtos de exportação encontram-se sujeitos a rigorosos acompanhamentos no campo zoofitossanitário, de acordo com as exigências de importação da outra Parte Contratante, os quais deverão estar de acordo com padrões internacionais reconhecidos;
 - d) indicar, de comum acordo, as regiões específicas onde se efetuarão os trabalhos de cooperação e os projetos técnicos estabelecidos no âmbito do presente Ajuste Complementar;
 - e) cumprir o presente Ajuste Complementar e suas alterações;
 - f) promover, em cada país, a participação de instituições e associações no cumprimento dos objetivos e das atividades previstas neste Ajuste Complementar;
 - g) conceder os recursos técnicos e administrativos necessários ao cumprimento do intercâmbio técnico-científico contemplado neste Ajuste Complementar;
 - h) cooperar, de maneira imediata, para a solução de possíveis divergências na aplicação do presente Ajuste Complementar;
 - i) exigir, quando necessário, os certificados zoofitossanitários acertados entre as Partes Contratantes, para intercâmbios comerciais de produtos agropecuários;
 - j) prover os recursos necessários à realização dos controles, das inspeções e das aprovações de caráter zoofitossanitário pela outra Parte Contratante, sujeitos à disponibilidade de fundos e às leis e regulamentos locais;
 - k) estabelecer sistemas de harmonização, no âmbito sanitário, para os métodos de amostragem, diagnóstico e inspeção de animais, vegetais e seus produtos, em nível de campo, processamento industrial e ponto de entrada;
 - l) estabelecer cronograma sobre as análises laboratoriais que sejam necessárias realizar nos animais, vegetais, seus produtos e derivados, quando do seu ingresso no território da outra Parte Contratante;

- m) prover os recursos necessários para a capacitação do pessoal técnico nas instituições de ensino, pesquisa e outras entidades afins à sanidade agropecuária, sujeitos à disponibilidade de fundos e às leis e regulamentos locais;
- n) abster-se da adoção de medidas zoofitossanitárias cuja finalidade seja somente criar restrições ao comércio entre as Partes Contratantes;
- o) cumprir de imediato as medidas de urgência implementadas para controlar focos ou surtos de pragas de importância quarentenária e de doenças de notificação obrigatória definidas bilateralmente.

ARTIGO 5º

Na elaboração dos requisitos zoofitossanitários para o intercâmbio de produtos, serão levadas em conta as normas nacionais, bem como as exigências pertinentes de importação da outra Parte Contratante. Deverão igualmente ser observadas as normas do Código Zoossanitário Internacional do Escritório Internacional de Epizootias, da Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação e do *Codex Alimentarius*. Ademais, deverão ser consideradas as normas e diretrizes emanadas de outras organizações internacionais das quais ambos os países sejam membros.

ARTIGO 6º

As Partes Contratantes comprometem-se a notificar:

- a) as mudanças significativas na situação zoossanitária, tais como o aparecimento ou a suspeição de doenças exóticas conforme as listas A e B do OIE, dentro de 24 horas;
- b) as mudanças significativas na situação fitossanitária, tais como o surgimento ou a suspeição de pragas quarentenárias ou propagação de pragas sob controle oficial, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à sua detecção;
- c) achados de importância epidemiológica com respeito a doenças não incluídas nos dois itens anteriores;
- d) mudanças das normas zoofitossanitárias vigentes, que afetem o intercâmbio comercial bilateral de produtos agropecuários, ao menos 60 (sessenta) dias antes da data de entrada em vigor da nova

disposição, permitindo observações da outra Parte Contratante. Estão isentas do prazo assinalado as situações de emergência.

ARTIGO 7º

Serão elaborados projetos técnicos de cooperação relacionados com produtos e derivados de origem animal e vegetal, assim como relativos aos insumos agropecuários de base.

ARTIGO 8º

Os dispositivos deste Ajuste Complementar deverão ser aplicados a qualquer remessa que contenha produtos e derivados agropecuários para Consulados e Missões Diplomáticas, de conformidade com o disposto nas Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e Consulares, de 1961 e 1963 respectivamente.

ARTIGO 9º

A Parte Contratante que, por iniciativa própria, enviar representantes e especialistas à outra Parte Contratante custeará as despesas pertinentes. O país a ser visitado facilitará o acesso dos representantes e especialistas e proporcionará a assistência necessária ao cumprimento da missão.

CAPÍTULO IV Das Entidades Executoras

ARTIGO 10

A coordenação e supervisão da aplicação do presente Ajuste Complementar estará a cargo de uma Comissão Mista de Planos de Trabalho, integrada pelos titulares dos órgãos responsáveis pelas políticas, supervisão e execução das atividades de sanidade agropecuária, ou seus representantes, assim como pelas respectivas equipes técnicas consideradas convenientes.

ARTIGO 11

Ambos os países comprometem-se a elaborar, de maneira coordenada, um informe anual sobre o desenvolvimento e os resultados deste Ajuste Complementar.

ARTIGO 12

Para discutir as matérias técnico-científicas e de certificação zoofitossanitária, assim como os demais assuntos que surjam durante a execução do presente Ajuste Complementar, as entidades executoras reunir-se-ão, ao menos uma vez por ano, em data e lugar acertados mutuamente, sendo a sede do encontro de caráter rotativo.

ARTIGO 13

As Partes Contratantes levantarão os recursos financeiros para o cumprimento das atividades programadas, podendo solicitar a cooperação dos produtores, importadores e exportadores de produtos agropecuários, bem como poderão solicitar a colaboração de organismos internacionais para a realização de atividades destinadas à implementação do presente Ajuste Complementar.

ARTIGO 14

As entidades executoras poderão, com base neste Ajuste Complementar, e com vistas à sua execução, estabelecer programas específicos em matéria de interesse que implique maior detalhamento técnico-operativo.

ARTIGO 15

Se alguma situação de emergência ocorrer, qualquer uma das Partes Contratantes poderá tomar as medidas adequadas, que deverão ser comunicadas à outra Parte Contratante o mais brevemente possível.

CAPÍTULO V
Da Duração e das Alterações

ARTIGO 16

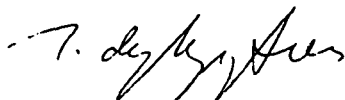
1. O presente Ajuste Complementar entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua assinatura. Terá validade por um ano e será prorrogado automaticamente por iguais períodos sucessivos, salvo se, 90 (noventa) dias antes do término de um período, uma das Partes Contratantes notificar a outra, por escrito, de sua decisão de denunciá-lo.
2. O término do presente Ajuste Complementar não afetará a realização das atividades de cooperação em execução nem das que tenham sido formalizadas durante a sua vigência.

ARTIGO 17

1. O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado ou complementado pelas Partes Contratantes, entrando as alterações em vigor na data do recebimento da Nota de resposta.
2. Quaisquer divergências sobre a interpretação ou execução deste Ajuste Complementar serão resolvidas pela via diplomática.

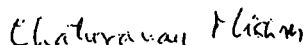
Feito em Brasília, em 02 de julho de 1997, em dois exemplares originais, nos idiomas português, hindi e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

Pelo Governo
da República Federativa do Brasil:



SEBASTIÃO DO REGO BARROS

Pelo Governo
da República da Índia:



CHATURANAN MISHRA

[HINDI TEXT — TEXTE HINDI]

राजीत संधीत गणराज्य की सरकार और भारत गणराज्य
की सरकार के मध्य स्वच्छता और पादप स्वच्छता उपायों
पर दूर व्यापार समझौते का परिपूरक समायोजन

राजीत संधीत गणराज्य की सरकार

और

भारत गणराज्य की सरकार

इन्हें स्तमिमन पश्चात् सविदा पक्षकार कहा गया है ।

निम्नलिखित बातों को ध्यान में रखते हुए,

यह कि दोनों देशों के बीच पादप स्वच्छता और प्राणी स्वच्छता में तकनीकी सहयोग करने के साथ-साथ कृषि और पशु प्रजनन महत्व की वस्तुओं के व्यापारिक आदान-प्रदान में बढ़ोतरी करना दोनों देशों के हित में है,

यह कि स्वच्छता और पादप स्वच्छता उपायों के क्षेत्रों में वैज्ञानिक, तकनीकी और नियामक पहलू विशेष रुचि के हैं ताकि सविदा के दोनों पक्षकारों के भ्रमणों को महामारियों और रोगों से मुक्त रखने के अलावा पशुओं, सब्जियों और उनके उत्पादों के अन्तर्राष्ट्रीय व्यापार को सुगम बनाया जा सके,

यह कि कृषि और पशु उत्पादों के आयात के लिए विनिर्दिष्ट तकनीकी और प्रशासनिक आवश्यकताओं तथा प्रक्रियाओं को मान्यता प्रदान करने, संगत बनाने और इनमें तेजी लाने से इन वस्तुओं और इनके उत्पादों के व्यापार को प्रोत्साहन मिलेगा,

यह कि इनके सरकारी स्वच्छता संगठन अपने अपने पादप स्वच्छता कानूनों और अपेक्षाओं का सक्ती से पालन करेंगे,

यह कि दोनों देश अन्तर्राष्ट्रीय पादप संरक्षण कन्वेंशन, 1951 के पक्षकार रहे हैं, इण्टरनेशनल आफिस ऑफ़ एपीजूटिक्स के सदस्य हैं और विश्व व्यापार संगठन के स्वच्छता और पादप स्वच्छता उपायों के अनुप्रयोग सम्बन्धी समझौते के पक्षकार हैं,

यह कि कृषि और पशु उत्पादों के व्यापार में आई तेजी से वर्तमान समझौतों को अद्यतन करना जरूरी हो गया है,

यह कि दोनों देशों ने 3 फरवरी, 1968 को व्यापार समझौते पर हस्ताक्षर किये हैं,

निम्नलिखित पर सहमत है :-

अध्याय - 1

उद्देश्य

अनुच्छेद-1

जाजिल का कृषि और आपूर्ति मंत्रालय और भारत का कृषि मंत्रालय अपने अपने विशिष्ट तकनीकी संगठनों के माध्यम से शपथ लेते हैं कि

§क§ पारस्परिक हित के उन मामलों में तकनीकी सहयोग का पता लगायेंगे तथा प्राथमिकता देंगे जिनका उद्देश्य वर्तमान पादप एवं प्राणी स्वच्छता की दृष्टि से महामारियों और रोगों पर बेहतर नियंत्रण स्थापित करना और दोनों देशों के बीच कृषि तथा जन्तु उत्पादों के व्यापार को बढ़ावा देना है ।

§ स्व § सविदा पशुकार भूभागों में पादप और प्राणी जनित महामारियों और रोगों के प्रवेश और प्रसार को रोकने के लिए संगरोध विनियमों के अधीन योजनाओं में विस्तार करेंगे तथा साथ ही साथ मामले के अनुसार इनकी सहिष्णुता की सीमा में एक समानता लायेंगे ।

§ ग § अपने-अपने राष्ट्रीय कानूनों में विनिर्दिष्ट पादप एवं प्राणी स्वच्छता की स्थितियों और अपेक्षाओं की पूर्ति को सुनिश्चित करने के लिये तकनीकी और प्रशासनिक उपाय अपनायेंगे जिससे दोनों देशों के बीच पशु और वानस्पतिक उत्पादों के निर्यात और आयात को सुगम बनाया जा सके ।

§ घ § पशु एवं वनस्पति मूल के उत्पादों के सरकारी निर्यंत्रण से सम्बन्धित स्वास्थ्य एवं तकनीकी पहलुओं के बारे में पारस्परिक नियम बनायेंगे ।

अध्याय - 2

कार्य

अनुच्छेद - 2

इस सम्पूर्ण समायोजन के प्रयोजनों के लिए निम्नलिखित कार्यों के माध्यम से सहयोग किया जायेगा ।

§ क § सविदा का प्रत्येक पशुकार पादप एवं प्राणी स्वच्छता के बारे में तकनीकी और विधिक जानकारी का आदान-प्रदान करेंगे जिनमें महामारियों और रोगों के निर्यंत्रण, नैदानिक तकनीक, पशु एवं वनस्पति मूल के उत्पादों और उपउत्पादों की डिफ़्जेंट और उनके तैयार करने की विधियाँ भी शामिल होंगी ।

§ ख § विशेषज्ञ कर्मचारियों का आदान-प्रदान करना जिसका उद्देश्य वनस्पति एवं जन्तु उत्पादों का उत्पत्ति स्थान पर निरीक्षण करना है ताकि पादप एवं प्राणी स्वच्छता सम्बन्धी स्थितियों पर निर्यंत्रण रखा जा सके,

§ ग § कार्यक्रमों और विशिष्ट पादप एवं प्राणि स्वच्छता उपचारों को पारिभाषित करना जिससे वानस्पति और जन्तु जन्य सामानों और उत्पादों के व्यापार की प्रक्रिया को तेज किया जा सके ।

अनुच्छेद - 3

अनुच्छेद 1 में उल्लिखित तकनीकी सहयोग की पूर्ति के उद्देश्य से सविदाकारी पक्षकार प्रतिबद्धता व्यक्त करते हैं :

§ क § दोनों देशों के भू-भागीय क्षेत्र में घटित होने वाले स्वच्छता संबंधी सतारों की पहचान, विश्लेषण तथा निरोधक उपायों के संबंध में तकनीकी स्वरूप के उपायों पर पारस्परिक रूप से सहयोग करना :

§ ख § पशु स्वास्थ्य की सुरक्षा तथा वानस्पतिक स्वच्छता के स्तर के प्रति बिना किसी पूर्वाग्रह के अपने पादप-प्राणी स्वच्छता उपायों को जहाँ तक सम्भव हो सके, एक समान बनाना :

अध्याय - 3

सविदाकारी पक्षकारों के अधिकार तथा कर्तव्य

अनुच्छेद - 4

सविदाकारी पक्षकारों के निम्नलिखित अधिकार तथा कर्तव्य होंगे :

क § सविदाकारी पक्षकार पशु स्वास्थ्य तथा वानस्पतिक सुरक्षा से संबंधित स्वच्छता तथा पादप स्वच्छता उपायों को लागू करने संबंधी समझौते की प्रक्रिया को पूरा करने पर सहमत हैं ।

ख § इस अध्याय के अनुसार, प्रत्येक सविदाकारी पक्षकार सार्वजनिक स्वास्थ्य, पशु तथा वानस्पतिक स्वास्थ्य की सुरक्षा के लिये अपशिष्ट पर नियंत्रण करने के लिए कोई भी पादप-प्राणी

स्वच्छता उपाय या कोई भी उपाय अपना सकता है, कायम रख सकता है या लागू कर सकता है ।
इसके बावजूद, प्रत्येक पक्षकार सुरक्षा के लिये अपना स्तर निर्धारित करने का हकदार है, बशर्ते कि
यह वैज्ञानिक सिद्धांतों तथा जोखिम के विश्लेषण पर आधारित हों :

गः अन्य सविदाकारी पक्षकारों की आयात अपेक्षाओं के अनुसार जो कि मान्यता प्राप्त
अन्तर्राष्ट्रीय मानकों के अनुरूप होना चाहिये, यह जांच करना कि क्या पादप-प्राणी स्वच्छता की शर्तों के
अनुसार वनस्पतियों, पशुओं तथा निर्यात के लिये उनके उत्पादों पर कार्यवाही की जा रही है ।

घः पारस्परिक सहमति के आधार पर सविदाकारी पक्षकार उन क्षेत्रों को स्पष्ट करेंगे
जहाँ सहकारी क्रियाकलाप तथा तकनीकी परियोजनाओं, जिसका इस पूरक समायोजन के तहत प्रावधान
किया गया है, का काम होगा :

इः मौजूदा पूरक समायोजन तथा इसमें किये गये परिवर्तनों को पूरा करना :

चः इस पूरक समायोजन के तहत प्रावधान किये गये उद्देश्यों तथा क्रियाकलापों की
पूर्ति करने के लिये प्रत्येक देश में संस्थानों तथा संघों की भागीदारी को बढ़ावा देना :

छः इस पूरक समायोजन के तहत प्रावधान किये गये तकनीकी तथा वैज्ञानिक आदान-
प्रदान के उद्देश्य की पूर्ति के लिये आवश्यक तकनीकी तथा प्रशासनिक सुविधायें प्रदान करना :

जः मौजूदा पूरक समायोजन के कार्यान्वयन में संभावित असमानताओं को दूर करने के
लिये तत्काल आधार पर सहयोग करना :

झः पशुओं तथा वानस्पतिक उत्पादों के व्यापार संबंधी आदान-प्रदान के लिये
सविदाकारी पक्षकारों के बीच हुई सहमति के अनुसार जहाँ कहीं भी आवश्यक हो, पादप-प्राणी
स्वच्छता प्रमाणपत्र की मांग करना :

न॥ धनराशि उपलब्ध होने, स्थानीय नियमों तथा विनियमों के अधीन अन्य सविदाकारी पक्षकार द्वारा पादप-प्राणी स्वच्छता के स्वरूप के निरीक्षण, नियंत्रण तथा अनुमोदन किये जाने के लिये आवश्यक सुविधायें प्रदान करना :

ट॥ क्षेत्रीय औद्योगिक प्रसंस्करण तथा प्रविष्टि के स्तरों पर पशुओं, वनस्पतियों तथा उनके उत्पादों का नमूना लेने, विश्लेषण तथा निरीक्षण की विधि के लिये स्वच्छता के मामले में समन्वय पद्धतियाँ निर्धारित करना :

ठ॥ प्रयोगशाला विश्लेषण के संबंध में समय सीमा का निर्धारण करना जो अन्य सविदाकारी पक्षकार के भू-भ्रागीय क्षेत्र में पशुओं, वनस्पतियों उनके उत्पादों तथा उप उत्पादों की प्रविष्टि के समय आवश्यक होगा :

ड॥ धनराशि उपलब्ध होने पर स्थानीय नियमों तथा विनियमों के अधीन शिक्षण तथा अनुसंधान संस्थानों और स्वच्छता तथा पादप स्वच्छता से जुड़े हुये अन्य निकायों में तकनीकी कार्मिकों के प्रशिक्षण के लिये आवश्यक सुविधायें प्रदान करना :

द॥ सविदाकारी पक्षकारों के बीच व्यापार पर केवल प्रतिबंध तगाने के उद्देश्य से पादप-प्राणी स्वच्छता उपाय अपनाने की प्रक्रिया से बचना :

ण॥ द्विपक्षीय रूप से परिभाषित संगरोध की अपेक्षा वाली तथा जल्दी तौर पर अधिसूचित किए जाने वाली महामारियों के प्रकट होने या फैलने की रोकथाम करने के लिये तत्काल आवश्यक उपाय अपनाना ।

अनुच्छेद - 5

उत्पादों के आदान-प्रदान के लिये पादप-प्राणी स्वच्छता संबंधी अपेक्षाओं का निर्धारण करते समय राष्ट्रीय प्रतिमानों तथा दूसरे सविदाकारी पक्षकार की स्वीकार्य आयात आकरिमकताओं पर ध्यान दिया जाना चाहिये । संयुक्त राष्ट्र के भाग्य व कृषि संगठन के अन्तरराष्ट्रीय पादप संरक्षण कन्वेंशन, 1951 के इन्टरनेशनल आफिस आफ रपीजूटिक्स के अन्तरराष्ट्रीय प्राणी स्वच्छता बोर्ड तथा कोडेक्स एलीमेन्टरियस के प्रतिमानों का पालन करना चाहिये । इसके अलावा अन्य अंतरराष्ट्रीय संगठनों जिसके दोनों देश सदस्य हैं, से सम्बद्ध प्रतिमानों तथा दिशा-निर्देशों पर भी ध्यान दिया जाना चाहिये ।

अनुच्छेद - 6

सविदाकारी पक्षकार निम्नलिखित को अधिसूचित करने के लिये बचनबद्ध है :

क) ओ-आई-ई की सूची "ए" तथा "बी" के अनुसार 24 [चौबीस] घंटे के अन्दर बाह्य रोगों के प्रकट होने या इसकी आशंका जैसे प्राणी स्वच्छता की स्थिति में महत्वपूर्ण परिवर्तन :

ख) सरकारी नियंत्रण के अधीन महामारी फैलने अथवा संगरोध संबंधी महामारी की आशंका या प्रकट होने की स्थिति में इसका पता लगने से 30 [तीस] दिनों के अंदर पादप स्वच्छता संबंधी स्थिति में इस प्रकार के महत्वपूर्ण परिवर्तन :

ग) पूर्ववर्ती दो मनों में शामिल नहीं किए गए रोगों से संबद्ध महामारी की दृष्टि से महत्वपूर्ण जोड़ :

घड़ नये विनियम के लागू होने की तारीख से कम से कम 60 ङसाठङ दिन पहले दूसरे सविदाकारी पक्षकार से टिप्पणी मांगते हुए कृषि तथा पशु-उत्पादों के दिपक्षीय वाणिज्यिक आदान-प्रदान को प्रभाषित करने वाले प्रचलित पाठप प्राणी स्वच्छता संबंधी प्रतिमानों में परिवर्तन स्तर द्वारा परिभाषित शर्तों से आकस्मिक स्थितियों में छूट दी गई है ।

अनुच्छेद - 7

पशु के उत्पादों और गौण-उत्पादों तथा वानस्पतिक मूलों से संबंधित प्रोद्योगिकी सहयोग परियोजनाएँ तैयार की जानी चाहिए साथ ही मौलिक कृषि और पशुधन प्रजनक आदानों से संबंधित परियोजनाएँ भी तैयार की जानी चाहिए ।

अनुच्छेद - 8

इस पूरक समायोजन के विनियम को कृषि और पशु उत्पादों एवं गौण-उत्पाद सम्बन्धी तेन-देन के लिए वाणिज्य दूतावासों अथवा कूटनीतिज्ञ मिशनों के लिए लागू किया जाना चाहिए, जो क्रमशः कूटनीतिज्ञ और वाणिज्य दूत सम्बन्धों 1961 और 1963 सम्बन्धी विरना समझौते के प्रावधानों के अनुसार होगा ।

अनुच्छेद - 9

यदि सविदाकारी पक्षकार अपनी पहल पर अन्य सविदाकारी पक्षकार के पास प्रतिनिधि और विशेषज्ञ भेजता है तो वह तत्संबंधी व्यय स्वयं वहन करेगा । भेजवान देश दौरा करने वाले प्रतिनिधियों और विशेषज्ञों को प्रवेश की सुविधा और अपेक्षित सहायता प्रदान करेगा ताकि वे अपना काम पूरा कर सकें ।

अध्याय - 4**कार्यकारी निष्पत्ति****अनुच्छेद - 10**

वर्तमान पूरक समायोजन के कार्यान्वयन का समन्वय और पर्यवेक्षण कार्य योजना संबंधी एक संयुक्त आयोग द्वारा किया जाएगा। इस आयोग में स्वच्छता और पावप स्वच्छता उपायों से संबंधित कार्यकर्ताओं, नीतियों, पर्यवेक्षण और निष्पादन प्रभारी संगठनों के प्रमुख अथवा उनके प्रतिनिधि शामिल होंगे। साथ ही समुचित प्रयोगिकी दलों के संबंधित प्रतिनिधि होंगे।

अनुच्छेद - 11

दोनों पक्ष प्रत्येक वर्ष इस पूरक समायोजन संबंधी कार्यान्वयन की प्रगति व उसके परिणामों की जानकारी देने के लिए बचनबद्ध है।

अनुच्छेद - 12

प्रयोगिकी, वैज्ञानिक और पावप एवं प्राणी स्वच्छता प्रमाणीकरण से संबंधित मामलों और वर्तमान प्रतिपूरक समायोजन संबंधी कार्यान्वयन के दौरान उत्पन्न अन्य मामलों पर विचार करने के उद्देश्य से कार्यकारी दल की पारस्परिक रूप से सङ्गत तिथियों और स्थानों पर कम से कम वर्ष में एक बार बैठक होगी। बैठकों का स्थान एक बार एक पक्ष के देश में और दूसरी बार दूसरे पक्ष के देश में रखा जाएगा।

अनुच्छेद - 13

संविदाकारी पक्षकार कार्यक्रमानुसार अपनी गतिविधियों के लिए वित्तीय संसाधन जुटाएंगे। इसके लिए वे कृषि और पशु उत्पादों संबंधी उत्पादकों, आयातकों और निर्यातकों से

सहयोग करने का अनुरोध कर सकेंगे । साथ ही वे वर्तमान पूरक समायोजन संबंधी कार्यक्षेत्रों के कार्यान्वयन के लिए अन्तर्राष्ट्रीय संगठनों के साथ सहयोग भी कर सकते हैं ।

अनुच्छेद - 14

इस परिपूरक समायोजन के कार्यान्वयन के उद्देश्य से कार्यकारी निकाय इस पूरक समायोजन के अनुसार छितकर मामले में विशिष्ट कार्यक्रम तैयार कर सकता है, जिसमें विस्तृत प्रौद्योगिकी और प्रचलनात्मक विवरण दिया गया है ।

अनुच्छेद - 15

आपात स्थिति उत्पन्न होने पर कोई भी सविवाकारी पक्षकार समुचित उपाय कर सकता है, उनसे बच दूसरे सविवाकारी पक्षकार को शीघ्रातिशय अवगत करा देगा ।

अध्याय - 5

वैधता और संशोधन

अनुच्छेद - 16

1. वर्तमान पूरक समझौता इस पर हस्ताक्षर होने की तारीख के 30 [तीस] दिन के बाद से लागू हो जाएगा । यह एक वर्ष के लिए वैध होगा और बाद में इतनी ही अवधि के लिए स्वतः ही नवीकृत हो जाएगा वरतों एक अवधि के समाप्त होने के 90 [नब्बे] दिन पहले कोई एक सविवा पक्षकार दूसरे पक्षकार को लिखित रूप से इसे समाप्त करने के अपने निर्णय की सूचना न दे ।

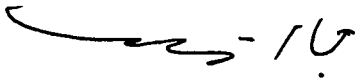
2. वर्तमान परिपूरक समायोजन के समाप्त होने पर चल रही सहाकारी गतिविधियों या इसकी वैधता के दौरान किए गए कार्यों पर कोई प्रभाव नहीं पड़ेगा ।

अनुच्छेद - 17

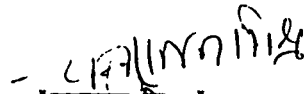
1. वर्तमान पूरक समायोजन में परिवर्तन किया जा सकता है या सविदा पक्षकारों द्वारा इसकी परिपूर्ति की जा सकती है। परिवर्तनों की प्रतिक्रिया नोट के प्राप्त होने की तारीख से लागू किया जाएगा।

2. वर्तमान पूरक समायोजन के प्रतिपादन या अनुप्रयोग संबंधी मतभेदों का राजनयिक माध्यम से समाधान किया जाएगा।

पुर्तगाली हिन्दी और अंग्रेजी में ब्राजीलिया में 2 जुलाई 1997 को हस्ताक्षर किए। सभी पाठ समान रूप से प्रामाणिक हैं। निर्वाचन में मतभेद होने पर अंग्रेजी पाठ मान्य होगा।



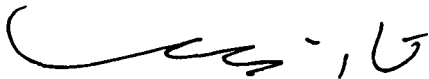
कृषि मंत्री



। चतुरानन मिश्र ।
मंत्री । कृषि, पशु पालन एवं डेरी।
भारत गणराज्य की
सरकार के लिए 2.7.97



विदेश मंत्री
ब्राजील संधीय गणराज्य की
सरकार के लिए



COMPLEMENTARY ADJUSTMENT¹ TO THE TRADE AGREEMENT
BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE RE-
PUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE
REPUBLIC OF INDIA² SANITARY AND PHYTOSANITARY
MEASURES

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the Republic of India
(hereinafter referred to as the "Contracting Parties"),

Taking Into Consideration

That it is of mutual interest to increase trade exchanges on goods of the agricultural and cattle breeding domains, as well as technical cooperation on phytosanitary and zoosanitary aspects between the two countries;

That scientific, technological and normative aspects in the areas of sanitary and phytosanitary measures are of special interest in order to facilitate international trade in animals, vegetables and their products, besides the preservation of the territories of both Contracting Parties from plagues and diseases;

That the recognition, harmonisation and speeding up of technical and administrative requirements and procedures prescribed for imports of agricultural and animal products, will foster the trade of these goods and their products;

That their official sanitary organisations will strictly follow their respective phytozoosanitary legislations and requirements;

That both countries are parties to the International Plant Protection Convention, 1951,³ members of the International Office of Epizootics, and parties to the Agreement on the Application of Sanitary and Phytosanitary Measures of the World Trade Organization;⁴

¹ Came into force on 2 August 1997, 30 days after the date of signature, in accordance with article 16.

² United States, *Treaty Series*, vol. 836, p. 157.

³ *Ibid.*, vol. 150, p. 67.

⁴ *Ibid.*, vol. 1867, No. 1-31874.

That the dynamics of trade in agricultural and animal products renders necessary the updating of existing agreements;

That both States have signed the Trade Agreement, in New Delhi, on 3 February, 1968,

Have agreed as follows:

CHAPTER I

Objectives

ARTICLE 1

The Ministry of Agriculture and Supply of Brazil and the Ministry of Agriculture of India, through their specific technical organisations, pledge to:

- a) detect and give priority to technical cooperation in matters of common interest, aiming at a better control of existing phytozoosanitary plagues or diseases and to foster trade in agricultural and animal products between the two countries;
- b) elaborate plans to prevent the introduction and the spreading, in the territories of the Contracting Parties, of phytozoosanitary plagues or diseases subject to quarantine regulations, as well as harmonizing, according to cases, their limits of tolerance;
- c) adopt technical and administrative measures to ensure the fulfilment of phytozoosanitary conditions and requirements provided for in the respective national legislations, aiming at facilitating exports and imports of animal and vegetable products between the two countries;
- d) establish mutual rules pertaining to hygiene and technology aspects related to official controls of products of animal and vegetable origin.

CHAPTER II

Actions

ARTICLE 2

Cooperation, for the purposes of this Complementary Adjustment, shall be carried out through the following actions:

- a) exchanges of technical and legal information on the phytozoosanitary situation of each of the Contracting Parties, including methods of control of plagues and diseases, diagnosis techniques, handling and preparation of products and by-products of animal and vegetable origin;
- b) exchange of specialized personnel, aiming at supervising at the point of origin the procedures of vegetable and animal production, in order to check the phytozoosanitary conditions;
- c) define programmes and specific phytozoosanitary treatments that speed up the procedures of trade of vegetable and animal goods and products.

ARTICLE 3

Aiming at the fulfilment of technical cooperation referred to in Article 1, the Contracting Parties pledge:

- a) to mutually collaborate on measures of technical nature concerning recognition, diagnosis and prophylactic measures regarding sanitary risks occurring on the territories of both countries;
- b) without prejudice to the level of protection of animal health and vegetable sanitary, to bring as close as possible the equivalence of their phytozoosanitary measures.

C H A P T E R III

Rights and Obligations of the Contracting Parties

ARTICLE 4

The Contracting Parties will have the following rights and obligations:

- a) the Contracting Parties agree to fulfill the procedures of the Agreement on the Application of Sanitary and Phytosanitary Measures concerning animal health and vegetable sanitary;

- b) each of the Contracting Parties may, according to this Chapter, adopt, maintain or apply any phytozoosanitary measure or any measure directed to the checking of waste for the protection of public health, animal and vegetable health. Notwithstanding this, each Contracting Party is entitled to set its levels of protection, provided it is based upon scientific principles and analysis of risk;
- c) to check if the vegetables, animals and their products for export are subject to rigorous follow-up in phytozoosanitary terms, in accordance with the import requirements of the other Contracting Party, which should be in accordance with recognized international standards;
- d) on mutually agreed basis, the Contracting Parties would indicate the regions where the cooperative activities and the technical projects provided for in this Complementary Adjustment will take place;
- e) to fulfill the present Complementary Adjustment and its changes;
- f) to promote, in each country, the participation of institutions and associations, in the fulfilment of the objectives and activities provided for in this Complementary Adjustment;
- g) to grant the technical and administrative facilities necessary for the fulfilment of the technical and scientific exchanges provided for in this Complementary Adjustment;
- h) to cooperate, in an immediate manner, for the settling of possible divergences in the implementation of the present Complementary Adjustment;
- i) to demand, whenever necessary, the phytozoosanitary certificates agreed between the Contracting Parties for trade exchanges of animal and vegetable products;
- j) to grant the necessary facilities for the holding of inspections, controls and approvals of phytozoosanitary nature by the other Contracting Party, subject to availability of funds and local laws and regulations;
- k) to set harmonisation systems in the sanitary sphere, for methods of sampling, diagnosis and inspection of animals, vegetables and their products, at the levels of field, industrial processing and entry point;

- l) to set a chronogram on laboratory analysis that may become necessary to proceed on animals, vegetables, their products and by-products, on the occasion of their entry into the territory of the other Contracting Party;
- m) to provide the necessary facilities for the training of technical personnel in teaching and research institutions, as well as in other bodies linked to sanitary and phytosanitary measures, subject to availability of funds and local laws and regulations;
- n) to refrain from adopting phytozoosanitary measures aiming solely at restricting trade between the Contracting Parties;
- o) to immediately put into practice urgent measures implemented for the control of focuses or surges of plagues of quarantine relevance and of diseases of mandatory notification, bilaterally defined.

ARTICLE 5

In the elaboration of the phytozoosanitary requirements for the exchange of products, national norms, as well as the acceptable import exigencies of the other Contracting Party, should be taken into account. The norms of the International Zoosanitary Code of the International Office of Epizootics, of the International Plant Protection Convention, 1951 of the Food and Agriculture Organization of the United Nations, and of "*Codex Alimentarius*" should also be observed. Furthermore, norms and directives stemming out of other international organizations of which both countries are members should also be considered.

ARTICLE 6

The Contracting Parties pledge to notify:

- a) significant changes in the zoosanitary situation, such as the surge or suspicion of exotic diseases according to lists A and B of OIE, within 24 (twenty-four) hours;
- b) significant changes in the phytosanitary situation, such as the surge or suspicion of quarantine plagues or the spreading of plagues under official control, within 30 (thirty) days from the detection;
- c) discoveries of epidemiological importance related to diseases not included in the two preceding items;

- d) changes in the phytozoosanitary norms in force which might affect the bilateral commercial exchange of agricultural and animal products, at least 60 (sixty) days before the date of entry into force of the new regulation, allowing comments by the other Contracting Party. Emergency situations are exempted from the term herein defined.

ARTICLE 7

Technical cooperation projects concerning products and by-products of animal and vegetable origin should be prepared, as well as projects concerning the basic agricultural and cattle breeding inputs.

ARTICLE 8

The regulations of this Complementary Adjustment should apply to any remittance bound for Consulates or Diplomatic Missions, containing agricultural and animal products and by-products, according to the provisions of the Vienna Conventions on Diplomatic and Consular Relations, 1961 and 1963 respectively.

ARTICLE 9

The Contracting Party that, on its own initiative, sends representatives and specialists to the other Contracting Party will meet the relevant expenses. The visited country will provide easy access and the necessary assistance to the visiting representatives and specialists in order to enable them to fulfill their missions.

CHAPTER IV Executive Bodies

ARTICLE 10

The coordination and supervision of the implementation of the present Complementary Adjustment will belong to a Joint Commission of Work Plans, made up of the heads of the organisations in charge of policies, supervision and execution of the activities related to sanitary and phytosanitary measures, or their representatives, as well as the respective technical teams deemed appropriate.

ARTICLE 11

Both sides pledge to prepare, in a coordinated manner, a yearly information on the development and the results of this Complementary Adjustment.

ARTICLE 12

In order to discuss matters related to the technical, scientific and phytozoosanitary certification, as well as other matters arising during the implementation of the present Complementary Adjustment, the executive bodies will meet at least once a year, on mutually agreed dates and venues, the venue having an alternate character.

ARTICLE 13

The Contracting Parties will raise the financial resources to enable them to fulfill the programmed activities, being permitted to request the cooperation of producers, importers and exporters of agricultural and animal products, as well as the collaboration of international organisations for the carrying on of activities linked to the implementation of the present Complementary Adjustment.

ARTICLE 14

The executive bodies may, according to this Complementary Adjustment, establish specific programs in matters of interest which involve more technical and operational detailing, in order to implement this Complementary Adjustment.

ARTICLE 15

If any emergency situation occur, any of the Contracting Parties may take the adequate measures which shall be communicated to the other Contracting Party as soon as possible.

CHAPTER V Validity and Amendments

ARTICLE 16

1. The present Complementary Adjustment will enter into force 30 (thirty) days after the date of its signature. It will be valid for a year and will be renewed automatically for equal successive periods, unless 90 (ninety) days before expiry of one period, one of the Contracting Parties notifies the other, in written, of its decision to denounce it.

2. The termination of the present Complementary Adjustment will be of no consequence for ongoing cooperative activities or for those carried on during its validity.

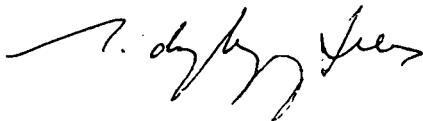
ARTICLE 17

1. The present Complementary Adjustment may be altered or complemented by the Contracting Parties, alterations entering into force on the date of receipt of the answering Note.

2. Any divergences on the interpretation or application of the present Complementary Adjustment will be settled through diplomatic channels.

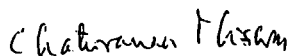
Signed in *Brazilian*, on *02 July* 1997, in duplicate, in the Portuguese, Hindi and English languages, all texts being equally authentic. In case of divergence of interpretation, the English text shall prevail.

For the Government
of the Federative Republic of Brazil:



SEBASTIÃO DO REGO BARROS

For the Government
of the Republic of India:



CHATURANAN MISHRA

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD¹ COMPLÉMENTAIRE DE L'ACCORD COMMERCIAL RELATIF AUX MESURES SANITAIRES ET PHYTOSANITAIRES ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DE L'INDE²

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de l'Inde, ci-après dénommés les « Parties contractantes », considérant,

Qu'il est de leur intérêt mutuel d'accroître les échanges commerciaux de denrées d'origine agricole et animale ainsi que la coopération technique dans les domaines phytosanitaire et zoosanitaire entre les deux pays,

Que les aspects scientifiques, technologiques et normatifs que revêtent les mesures sanitaires et phytosanitaires sont particulièrement importants pour faciliter les échanges commerciaux internationaux d'animaux, de végétaux et de leurs produits ainsi que pour préserver les territoires des deux Parties contractantes des parasites et nuisibles et des maladies,

Que la connaissance, l'harmonisation et l'accélération des formalités et procédures techniques et administratives qu'exigent les importations de produits d'origine végétale et animale faciliteront les échanges de ces denrées et produits,

Que leurs administrations sanitaires appliqueront strictement leurs législations et normes respectives en matière phytosanitaire et zoosanitaire,

Que les deux pays sont parties à la Convention internationale de 1951 pour la protection des végétaux³, membres de l'Office international des épizooties (OIE) et parties à l'Accord sur l'application des mesures sanitaires et phytosanitaires de l'Organisation mondiale du commerce⁴,

Que la dynamique des échanges commerciaux de produits d'origine agricole et animale rend nécessaire d'actualiser les accords existants,

Que les deux Etats ont signé l'Accord commercial de New Delhi du 3 février 1968,

Sont convenus de ce qui suit :

CHAPITRE PREMIER

OBJECTIFS

Article premier

Le Ministère de l'agriculture et des approvisionnements du Brésil et le Ministère de l'agriculture de l'Inde, agissant par l'intermédiaire de leurs organes techniques spécialisés, s'engagent à :

¹ Entré en vigueur le 2 août 1997, 30 jours après la date de la signature, conformément à l'article 16.

² Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 836, p. 157.

³ *Ibid.*, vol. 150, p. 67.

⁴ *Ibid.*, vol. 1867, n° I-31874.

a) Donner la priorité à la coopération technique dans les domaines d'intérêt commun, à procéder à des dépistages afin de mieux combattre les maladies et nuisibles actuellement connus dans les domaines phytosanitaire et zoosanitaire et à favoriser le commerce des produits d'origine agricole et animale entre les deux pays;

b) Mettre au point des plans d'action pour prévenir l'introduction et la propagation, dans les territoires de Parties contractantes, de nuisibles et de maladies des végétaux et des animaux susceptibles de mise en quarantaine, ainsi qu'à harmoniser, suivant les cas, les seuils de tolérance admis par les deux pays;

c) Adopter des mesures d'ordre technique et administratif de nature à garantir le respect des normes et conditions exigées par leurs législations nationales respectives en vue de faciliter les exportations et les importations de produits d'origine animale et végétale entre les deux pays;

d) Etablir, en matière d'hygiène et de technologie, des règles mutuellement applicables par les autorités exerçant des contrôles sur les produits d'origine animale et végétale.

CHAPITRE II

MESURES À PRENDRE

Article 2

Aux fins du présent Accord complémentaire la coopération se traduira par les mesures suivantes :

a) Echanges d'informations d'ordre technique et juridique sur la situation phytosanitaire et zoosanitaire dans chacune des Parties contractantes, notamment sur les méthodes de lutte contre les nuisibles et les maladies, les techniques diagnostiques, le traitement et la préparation des produits et sous-produits d'origine animale et végétale;

b) Echanges de spécialistes chargés de superviser, au stade initial, les méthodes de production végétale et animale et de vérifier l'état phytosanitaire et zoosanitaire des produits;

c) Définir des programmes et des traitements phytosanitaires et zoosanitaires spécifiques de nature à accélérer les modalités et formalités relatives aux échanges commerciaux de produits et denrées d'origine animale et végétale.

Article 3

Afin de donner pleinement effet à la coopération visée à l'article premier, les Parties contractantes s'engagent :

a) A définir en collaboration des mesures de caractère technique relatives à l'identification et au diagnostic des risques existant dans le territoire de chacun des deux pays dans le domaine sanitaire, et aux mesures prophylactiques pertinentes;

b) Sans préjudice du degré de protection qu'elles ont atteint en matière de santé animale et végétale, à faire en sorte d'adopter des mesures phytosanitaires et zoosanitaires autant que possible équivalentes.

CHAPITRE III

DROITS ET OBLIGATIONS DES PARTIES CONTRACTANTES

Article 4

Les droits et obligations des Parties contractantes sont les suivants :

a) Les Parties contractantes s'engagent à suivre, en matière de santé animale et végétale, les procédures définies dans l'Accord sur l'application des mesures sanitaires et phytosanitaires;

b) En application du présent chapitre, chacune des Parties contractantes peut adopter, proroger ou appliquer toute mesure phytosanitaire ou zoosanitaire ou toute mesure relative à la gestion des déchets qu'elle jugera nécessaire pour assurer la protection de la santé publique ainsi que la santé animale et végétale. Chaque Partie contractante a le droit de fixer le niveau de ses normes de protection à condition toutefois que celles-ci soient fondées sur des principes scientifiques et sur une analyse des risques;

c) Chaque Partie contractante doit s'assurer que les végétaux, les animaux et les produits d'origine animale et végétale destinés à l'exportation font l'objet d'un suivi rigoureux sur le plan phytosanitaire et zoosanitaire et satisfont aux normes requises par l'autre Partie contractante en matière d'importation, celles-ci devant à leur tour être conformes aux normes internationalement admises;

d) Sur la base d'un accord mutuel, les Parties contractantes indiqueront les régions dans lesquelles se dérouleront les activités de coopération et les projets techniques prévus dans le présent Accord complémentaire;

e) Les Parties contractantes s'engagent à se conformer pleinement aux dispositions du présent Accord complémentaire et à ses modifications;

f) Chaque Partie contractante favorisera la participation de ses institutions et associations à la réalisation des objectifs et activités prévues dans le présent Accord complémentaire;

g) Chaque Partie contractante accordera les facilités techniques et administratives nécessaires pour permettre les échanges d'ordre technique et scientifique prévus dans le présent Accord complémentaire;

h) Les Parties contractantes coopéreront sans retard au règlement des différends qui pourraient survenir dans l'application du présent Accord complémentaire;

i) Les Parties contractantes pourront exiger, si nécessaire, les certificats de conformité sanitaire dont elles seront convenues aux fins des échanges commerciaux de produits d'origine animale et végétale;

j) Chaque Partie contractante accordera les facilités nécessaires à l'autre Partie pour effectuer des inspections, contrôles et vérifications phytosanitaires et zoosanitaires, sous réserve de la disponibilité des ressources financières et des lois et règlements localement applicables;

k) Les Parties contractantes mettront en place des mécanismes permettant d'harmoniser, dans le domaine sanitaire, les méthodes de prélèvement, de diagnostic et d'inspection des animaux, des végétaux et des produits d'origine animale et végétale, tant au niveau des exploitations agricoles qu'au niveau du traitement industriel et lors de l'entrée sur leur territoire;

l) Un chronogramme sera apposé sur l'analyse de laboratoire qu'il pourra être nécessaire d'effectuer sur les animaux, les végétaux, leurs produits et sous-produits lors de leur entrée sur le territoire de l'autre Partie contractante;

m) Les Parties contractantes accorderont les facilités nécessaires pour la formation de personnel dans leurs institutions d'enseignement et de recherche ainsi que dans d'autres organismes spécialisés dans les domaines sanitaire et phytosanitaire, sous réserve de la disponibilité des ressources et des lois et règlements localement en vigueur;

n) Les Parties contractantes s'abstiendront d'adopter des mesures phytosanitaires et zoosanitaires visant exclusivement à limiter les échanges commerciaux avec l'autre Partie;

o) Les Parties contractantes mettront immédiatement en application des mesures d'urgence pour lutter contre les foyers ou les invasions de nuisibles justifiant une mise en quarantaine et de maladies définies par accord bilatéral comme devant être obligatoirement déclarées.

Article 5

Les normes sanitaires requises pour l'échange de produits d'origine animale et végétale devront être établies compte tenu des normes nationales de l'autre Partie contractante et des conditions qu'elle peut normalement exiger à l'importation. Il conviendra en outre de tenir compte des normes établies par l'Office international des épizooties (OIE) dans le Code zoosanitaire international et par l'Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture (FAO) dans la Convention internationale de 1951 pour la protection des végétaux, ainsi que du Codex Alimentarius et des normes et directives adoptées par d'autres organismes internationaux auxquels participent les deux pays.

Article 6

Les Parties contractantes s'engagent à notifier :

a) Tout changement important survenu dans leur situation zoosanitaire tel que l'apparition soudaine, ou à craindre, de maladies exotiques figurant sur les listes A et B de l'Office international des épizooties (OIE), dans un délai de 24 (vingt-quatre) heures;

b) Tout changement important survenu dans leur situation phytosanitaire, tel que l'invasion soudaine, ou à craindre, de nuisibles justifiant une mise en quarantaine ou la propagation de nuisibles faisant l'objet d'une intervention des pouvoirs publics, le délai étant alors de 30 (trente) jours à compter des premières constatations;

c) Tout risque important d'épidémie concernant des maladies autres que celles visées ci-dessus, aux paragraphes a et b;

d) Toute modification des normes phytosanitaires et zoosanitaires en vigueur qui risque d'avoir une incidence sur les échanges commerciaux bilatéraux de produits agricoles et d'origine animale, dans un délai de 60 (soixante) jours avant l'entrée en vigueur de la nouvelle réglementation, et ce afin de permettre à l'autre Partie contractante de présenter ses observations. Les situations d'urgence échappent à cette règle.

Article 7

Des projets de coopération technique concernant les produits et sous-produits d'origine animale et végétale devraient être élaborés ainsi que des projets concernant les moyens de production essentiels pour l'agriculture et l'élevage.

Article 8

Les règles énoncées dans le présent Accord complémentaire s'appliquent à toutes les expéditions d'articles contenant des produits et sous-produits d'origine animale et végétale à destination de missions diplomatiques ou consulaires, conformément aux dispositions des conventions de Vienne de 1961 et 1963 sur les relations diplomatiques et consulaires, respectivement.

Article 9

La Partie contractante qui, de sa propre initiative, envoie des représentants et des spécialistes à l'autre Partie assume les dépenses correspondantes. Le pays hôte fournit les facilités d'accès et l'assistance nécessaires aux représentants et spécialistes en mission pour leur permettre de s'acquitter de leur tâche.

CHAPITRE IV

ORGANES EXÉCUTIFS

Article 10

L'application du présent Accord complémentaire sera coordonnée et supervisée par un Comité mixte de la planification des activités, composé des chefs des organismes chargés des politiques, de la supervision et de l'exécution des activités relatives aux mesures sanitaires et phytosanitaires, ou de leurs représentants, assistés s'il y a lieu de leurs équipes techniques.

Article 11

Les deux Parties s'engagent à établir en coordination un rapport annuel sur l'application du présent Accord complémentaire et les résultats obtenus.

Article 12

Afin d'examiner les questions d'ordre technique ou scientifique, ou concernant l'homologation des normes phytosanitaires et zoosanitaires, et toutes autres questions que pourra soulever l'application du présent Accord complémentaire, les organes exécutifs se réuniront au moins une fois par an à une date et en un lieu fixés d'un commun accord, le lieu de ces réunions étant choisi en alternance.

Article 13

Les Parties contractantes collecteront les ressources financières qui leur permettront d'exécuter les activités prévues par les programmes. Elles pourront demander la coopération de producteurs, importateurs et exportateurs de produits d'origine animale et végétale, ainsi que la collaboration d'organisations internationales aux fins de l'exécution des activités liées à l'application du présent Accord complémentaire.

Article 14

Les organes exécutifs pourront, en vertu du présent Accord complémentaire et pour lui donner pleinement effet, élaborer des programmes spéciaux relatifs à des questions qui exigent d'être plus détaillées du point de vue technique et opérationnel.

Article 15

En cas d'urgence, l'une ou l'autre des Parties contractantes pourra prendre les mesures qui s'imposent et en informera sans retard l'autre Partie.

CHAPITRE V

VALIDITÉ ET AMENDEMENTS

Article 16

1. Le présent Accord complémentaire entrera en vigueur 30 (trente) jours à compter de la date de sa signature. Il le restera pendant un an et sera reconduit automatiquement pour des périodes successives de même durée, à moins que l'une des Parties notifie à l'autre, par écrit, 90 (quatre-vingt-dix) jours au moins avant l'échéance, son intention de le dénoncer.

2. L'annulation du présent Accord complémentaire sera sans effet sur les activités de coopération en cours ou exécutées lorsqu'il était en vigueur.

Article 17

1. Le présent Accord complémentaire pourra être modifié ou complété par les Parties contractantes, les modifications entrant en vigueur à la date de la réception de la note de réponse.

2. Tout différend portant sur l'interprétation ou l'application du présent Accord complémentaire sera réglé par la voie diplomatique.

SIGNÉ à Brasília, en deux exemplaires, le 2 juillet 1997, en portugais, en hindi et en anglais, tous les textes faisant également foi. En cas d'interprétation divergente, le texte anglais prévaudra.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative du Brésil :

SEBASTIÃO DO REGO BARROS

Pour le Gouvernement
de la République de l'Inde :

CHATURANAN MISHRA